



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000151091

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0228606-36.2009.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes MARIA GOMES RAMOS (JUSTIÇA GRATUITA), LUCIANO GOMES RAMOS (JUSTIÇA GRATUITA) e NILSON GOMES RAMOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU.

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e ANTONIO NASCIMENTO.

São Paulo, 11 de março de 2015.

Vianna Cotrim
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO
Nº 0228606-36.2009.8.26.0100
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

APELANTES: MARIA GOMES RAMOS, LUCIANO GOMES RAMOS E
NILSON GOMES RAMOS
APELADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
COMARCA: SÃO PAULO

EMENTA: Acidente de trânsito - Atropelamento por composição férrea - Culpa exclusiva da vítima configurada - Responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público afastada - Indenização indevida - Apelo improvido.

VOTO Nº 30.939

Ação indenizatória, derivada de atropelamento por composição férrea, julgada improcedente pela sentença de fls. 290/295, relatório adotado.

Apelaram os autores, buscando a reforma da decisão. Pugnaram pelo reconhecimento da responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público pelos danos causados a terceiros, mesmo que não sejam usuários. Colacionaram jurisprudência em abono à sua tese. Sustentaram, em resumo, que o local do evento é desguarnecido de medidas de sinalização e proteção que impeçam as pessoas de utilizar a via férrea para atingir a plataforma. Imputaram à ré, por negligência em adotar as providências necessárias para que a linha férrea fosse cercada, a culpa pelo advento do sinistro. Insistiram no cabimento da reparação pleiteada, nos termos da preambular.

Recebido e processado o recurso, com contrarrazões, subiram os autos, sobrevivendo o não conhecimento do apelo pelo acórdão de fls. 356/359, de minha relatoria, publicado em 7 de agosto de 2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO
Nº 0228606-36.2009.8.26.0100
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

Suscitado conflito e reconhecida a competência desta Câmara em virtude do teor das Resoluções nº 605 e 623 de 2013 (fls. 415/418), o processo retornou para julgamento do mérito da apelação.

É o relatório.

Trata-se de ação envolvendo acidente ferroviário, em que o marido e pai dos autores foi colhido por composição da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e faleceu.

A responsabilidade da concessionária de serviço público pelos danos causados aos usuários da ferrovia e a terceiros é objetiva, pois a administração da estrada envolve os deveres de fiscalização, conservação e proteção, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

Todavia, a teoria do risco administrativo, prevalecente em matéria de responsabilidade civil do Estado, admite a exclusão do dever de indenizar em algumas hipóteses, dentre as quais, a culpa exclusiva da vítima.

No dizer de Rui Stoco:

"Mas, opondo-se à teoria do risco integral, a teoria do risco administrativo estabelece o princípio da responsabilidade objetiva mitigada ou temperada, ou seja, que permite discussão em torno de causas outras que excluam a responsabilidade objetiva do Estado, nas hipóteses de inexistência do elemento causal ou nexo de causalidade.

Assim, essa responsabilidade objetiva do Estado pode ser reduzida ou excluída conforme haja culpa concorrente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO
Nº 0228606-36.2009.8.26.0100
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

do particular ou tenha sido este o responsável exclusivo pelo evento e, ainda, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, em que também ocorre o rompimento do liame causal" ("in" Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência - Editora RT, 8ª edição, pág. 1142).

No caso em tela, exsurgiu do contingente probatório a culpa exclusiva da própria vítima pela ocorrência do infortúnio.

Segundo as declarações prestadas pelo maquinista José Marcos Nunes na polícia:

“Que, ao aproximar-se da estação do Piqueri, sendo ela situada logo após uma curva, eis que o declarante, apesar da pouca luminosidade, pois já era tarde, isto é, por volta das 18:30 horas, já estando escuro, visualizou uma pessoa andando pela linha, em direção à estação do Piqueri. Que o declarante aplicou os freios na composição e acionou a buzina, a fim de que a referida pessoa saísse do leito da linha por onde caminhava, entretanto isso não ocorreu, tendo a pessoa continuado naquele local.” (fls. 36)

Ora, se o pedestre insiste em caminhar pela via férrea, é óbvio que age de forma imprudente e assume o risco de ser atropelado, mostrando-se descabida, por conseguinte, a responsabilização da concessionária.

E não há falar em negligência da requerida como justificativa para a ocorrência do atropelamento.

Nesse contexto, como bem salientou o sentenciante, *verbis*:

“No caso concreto, restou comprovado que a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO
Nº 0228606-36.2009.8.26.0100
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

vítima caminhava próximo ao trilho do trem, sem observar cautelas necessárias de segurança. Não se pode admitir que a eventual ausência de sinalização do perigo existente nesses locais seja suficiente para determinar a responsabilidade.

Ademais, é evidente, até para a mais simples e leiga pessoa, que as ferrovias oferecem riscos para todos aqueles que pretendem atravessá-las, cabendo a tais aventureiros diligenciar, previamente, no sentido de constatar a ausência da aproximação dos trens, seja pela visão, seja pela audição.

Com efeito, é incontroverso que a vítima não viajava no interior da composição férrea, mas sim caminhava sobre o leito da via férrea quando acabou sendo atropelada pelo trem.

Nesse sentido é o termo das declarações do maquinista do trem, ouvido em sede do inquérito policial instaurado para verificar as condições da morte da vítima, José Marcos Nunes, demonstrando que a vítima caminhava na via férrea, mesmo após o acionamento da buzina e dos freios do trem (fls. 36/37).” (fls. 294)

Na verdade, não fosse a imprudência do próprio autor em caminhar pela linha férrea, o acidente não teria acontecido.

Em situações assemelhadas, esta Corte tem orientado:

“AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS -
ATROPELAMENTO OCORRIDO NA VIA FÉRREA - EMPRESA
DE TRANSPORTE PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO -
DEMONSTRAÇÃO DA CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA -
ROMPIMENTO DO NEXO CAUSAL - RESPONSABILIDADE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO
Nº 0228606-36.2009.8.26.0100
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

OBJETIVA AFASTADA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS A ENSEJAR A REPARAÇÃO DE DANOS - Vítima que age de forma imprudente, brincando na linha férrea - Parte autora que não se desincumbiu do ônus de provar a omissão da ré quanto à segurança de acesso à via férrea - Aplicação do artigo 333, I do Código de Processo Civil - Sentença mantida - Recurso improvido.” (Apelação nº 0165126-21.2008.8.26.0100 - 32ª Câmara da Seção de Direito Privado - Relator Des. Luís Fernando Nishi - j. 21/8/2014).

“AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - ACIDENTE EM LINHA FÉRREA - ATROPELAMENTO E MORTE - COMPETIA AOS AUTORES O ÔNUS DA PROVA DE FATO CONSTITUTIVO DO ALEGADO DIREITO - ART. 333, I, DO CPC - CONJUNTO PROBATÓRIO REVELANDO QUE O ACIDENTE, DADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, FOI CAUSADO POR CULPA EXCLUSIVA DO GENITOR DOS AUTORES - AUSÊNCIA DE TAPUMES, BARREIRAS, GRADES DE PROTEÇÃO OU AVISOS A IMPEDIR O ACESSO DE TRANSEUNTES À VIA FÉRREA QUE, 'IN CASU', NÃO BASTAM À CARACTERIZAÇÃO DE CULPA CONCORRENTE DA CONCESSIONÁRIA - TREM QUE ERA CONDUZIDO EM VELOCIDADE NÃO ELEVADA, DADO O TAMANHO DA COMPOSIÇÃO, ALERTANDO A VÍTIMA DE SUA APROXIMAÇÃO, COM SINAL LUMINOSO E BUZINA, SEM PREJUÍZO DO CONSIDERÁVEL EFEITO SONORO DE SEU TRAFEGAR - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.” (Apelação nº 3005856-84.2007.8.26.0506 - 31ª Câmara da Seção de Direito Privado - Relator Des. Francisco Casconi - j. 23/4/2013).

Logo, considerando que o pedestre foi o único responsável pelo advento do sinistro, o desfecho da ação não poderia ser outro, senão o decreto de improcedência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO
Nº 0228606-36.2009.8.26.0100
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

Ante o exposto e por esses fundamentos,
nego provimento ao recurso.

VIANNA COTRIM
RELATOR